



Encontros Bibli

A ORALIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

A orality and its importance for the preservation and perpetuation of collective memory

Lucas Furtado Gramlich

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Ciência da Informação,
Vitória, ES, Brasil
lfgamlich@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-4100-0027> 

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Universidade Federal do Espírito Santo,
Departamento de Arquivologia e Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação,
Vitória, ES, Brasil
rosapenha2012@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5383-6723> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discutir a oralidade como elemento central para a preservação e a perpetuação da memória coletiva, analisando suas relações com o esquecimento e com os processos informacionais no âmbito da Ciência da Informação, em especial nas instituições de memória.

Método: Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com caráter teórico-bibliográfico, fundamentado em obras clássicas e contemporâneas da Ciência da Informação, dos estudos da memória e da oralidade, da neurociência e de áreas afins. Foram mobilizados autores como Halbwachs, Ricoeur, Assmann, Huyssen, Buckland, González de Gomes, Dodebei, Dias, Ong e Zumthor, entre outros, buscando articular perspectivas interdisciplinares sobre informação, memória, esquecimento e patrimônio cultural imaterial.

Resultado: Através da pesquisa ficou evidenciado que a oralidade extrapola a simples dimensão da fala, configurando-se como sistema comunicacional e cultural que produz, transmite e ressignifica saberes individuais e coletivos. Demonstra-se que, na Ciência da Informação, a oralidade pode ser compreendida simultaneamente como fonte, objeto e processo informacional legítimo, em diálogo com práticas de organização, preservação e mediação da informação e arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Mostra-se, ainda, que memória e esquecimento formam um binômio dialético, no qual decisões sobre registrar, guardar, disponibilizar ou silenciar impactam diretamente a construção da memória coletiva e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados.

Conclusões: Conclui-se que reconhecer a oralidade como patrimônio informacional e como elemento constitutivo da memória coletiva é fundamental para fortalecer políticas de preservação e mediação cultural nas instituições de memória. A incorporação sistemática de registros orais aos acervos documentais contribui para pluralizar narrativas, preencher lacunas históricas e ampliar a representatividade de sujeitos e comunidades, especialmente em contextos marcados por forte diversidade cultural e desigualdades de acesso à escrita, como o brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade; memória coletiva; esquecimento; ciência da informação; instituições de memória.

ABSTRACT

Objective: To discuss orality as a central element for the preservation and perpetuation of collective memory, analyzing its relationship with forgetting and with informational processes in the field of Information Science, especially within memory institutions.

Methods: This is a qualitative, theoretical-bibliographical study based on classical and contemporary works in Information Science, memory studies and orality, neuroscience and related areas. Authors such as Halbwachs, Ricoeur, Assmann, Huyssen, Buckland, González de Gomes, Dodebei, Dias, Ong and Zumthor, among

others, were mobilized to articulate interdisciplinary perspectives on information, memory, forgetting and intangible cultural heritage.

Results: The study shows that orality goes beyond the simple dimension of speech, configuring itself as a communicational and cultural system that produces, transmits and resignifies individual and collective knowledge. It demonstrates that, in Information Science, orality can be understood simultaneously as a legitimate information source, object and process, in dialogue with practices of organization, preservation and mediation of information in archives, libraries, museums and documentation centers. The analysis also indicates that memory and forgetting form a dialectical binomial, in which decisions about recording, keeping, providing access, or silencing have a direct impact on the construction of collective memory and on the visibility of historically marginalized groups.

Conclusions: It is concluded that recognizing orality as informational heritage and as a constitutive memory is fundamental to strengthening preservation and cultural mediation policies and practices within memory institutions. The systematic incorporation of oral records into documentary collection contributes to pluralizing narratives, filling historical gaps and expanding the representativeness of subjects and communities, especially in contexts marked by strong cultural diversity and inequalities in access to writing, such as the Brazilian reality.

KEYWORDS: orality; collective memory; forgetting; information science; memory institutions.

1 INTRODUÇÃO

Parte-se do entendimento de que a oralidade constitui uma das mais antigas formas de expressão humana e que desempenhou papel fundamental na transmissão de saberes, valores, na construção de identidades e conseqüentemente, na constituição de memória. Registros históricos, antropológicos e etnográficos evidenciam que, muito antes de a escrita ser institucionalizada como tecnologia dominante para o registro e preservação do saber, diversas sociedades fundamentavam sua existência e suas práticas através da palavra falada (Goody, 1987; Ong, 1982; Zumthor, 1993). A oralidade era, portanto, a ferramenta central, não apenas para a comunicação cotidiana, mas para a construção coletiva de significados, para a organização social e para a transmissão intergeracional de conhecimentos.

Dissertar e compreender a oralidade requer que se reconheça a sua natureza dinâmica, contextualizada e relacional, bem como sua capacidade de desenvolver saberes e conhecimentos, de criar memórias e de demudar memórias individuais em memórias coletivas. (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992). A oralidade possui performance, está intrinsecamente arraigada ao contexto situacional, sua completude perpassa a voz, o corpo, o gesto, a entonação, assim como as formas de interação entre os sujeitos (Zumthor, 1993). Para além disso, mesmo que concomitantemente, está alicerçada a estruturas sociais simbólicas mais amplas, as quais se vinculam a crenças e tradições, mitos, rituais e práticas sociais.

Nos últimos anos, a oralidade vem recebendo maior destaque no campo da Ciência da Informação (CI) e assumindo relevância crescente, o que contribui para a

problematização de que o entendimento tradicional privilegia a informação escrita em detrimento da informação falada (Buckland, 1991; González de Gómez, 1990; Saracevic, 1996). Na medida em que as narrativas, as entrevistas, os relatos de vida, os cantos, as performances, bem como outros meios de expressão oral são incorporados ao escopo da CI, seus limites são expandidos e novos métodos aplicados, bem como novas epistemologias solicitadas, o que enriquece a área e expande a construção e transmissão do conhecimento (Dodebei, 2015; Meihy; Holanda, 2014; Dias, 2002).

No intuito de sustentar o que acima se afirmar, o artigo mobiliza autores da CI, dos estudos vinculados à memória, da antropologia, da filosofia e da neurociência, tais como González de Gómez (1990, 1999), Halbwachs (1990), Buckland (1991, 1997), Ong (1982), Zumthor (1993), Saracevic (1996), Chapouthier (2006), Izquierdo, Bevilaqua e Cammarota (2006), Assmann (2011), Huyssen (2000), Nora (1993), entre outros.

Atrelado à oralidade debate-se o esquecimento o qual também está ligado diretamente à memória e é entendido como elemento estruturante, tanto para o normal funcionamento cognitivo humano quanto para os processos informacionais. Embora as diferentes áreas que são abordadas neste trabalho – neurociência, estudos da memória, CI, história e antropologia discutam o esquecimento de maneira diferente, elas convergem para o mesmo resultado quando atrelados à oralidade e a criação e perpetuação da memória.

Dessa forma, a memória e o esquecimento formam um binômio dialético que dá forma à história (Ricoeur, 2007; Monteiro; Carelli; Nicolino, 2008). Assim, a lembrança e o esquecimento não são situações opostas ou antagônicas em sentido estrito; ao contrário, são complementares e interdependentes, nas quais se definem, de maneira simultânea, o que será preservado e o que será silenciado, quer seja no plano individual, quer seja no plano social.

Nesse contexto, este artigo busca discutir a oralidade enquanto elemento fundamental para a preservação, perpetuação e difusão da memória, articulando suas relações com o esquecimento e especialmente com os processos informacionais no âmbito da CI e, sobretudo, com a memória coletiva. Ao se debruçar sobre essas dimensões, busca-se contribuir para o debate contemporâneo sobre os registros orais, os patrimônios imateriais e as práticas de mediação desenvolvidas em instituições de memória centralizando a oralidade como um componente estruturante da memória coletiva.

Com relação à metodologia, trata-se de estudo de natureza qualitativa, com caráter teórico-bibliográfico, que se debruça sobre a análise de obras clássicas e contemporâneas

da CI, dos estudos de memória e oralidade, neurociência e de áreas afins. A pesquisa tende a aproximar perspectivas teóricas distintas a fim de problematizar a oralidade em diversos meios de aplicação, tendo em vista a construção da memória coletiva e da informação, de maneira especial no contexto brasileiro, o qual é marcado por forte diversidade cultural, desigualdades de acesso à escrita e com uma variedade ímpar de tradições orais e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas (Costa; Albuquerque, 2024).

2 ORALIDADE

Iniciando a abordagem a respeito do que é oralidade, faz-se necessário esclarecer que ela não se resume ao instrumento da fala. É certo que, enquanto manifestação comunicativa, ela tem na fala a sua base para a transmissão e/ou troca de informação e conhecimento, sendo válido informar que sua importância vai além do aspecto linguístico, ou seja, extrapola este sistema e se incorpora ao sistema cultural-cognitivo-contextual e, com isso, torna-se parte integrante da formação da memória e da identidade social (Ong, 1982; Goody, 1987; Zumthor, 1993).

Nesse sentido, é evidente que seu estudo, sua compreensão, bem como suas demais implicações são essenciais para a CI, especialmente no que tange à preservação e à perpetuação de saberes que não foram registrados em suporte escrito (Dodebei, 2015). Hobsbawm e Ranger (1983) acrescentam que a oralidade constitui um mecanismo de construção, manutenção e atualização de saberes coletivos, de tradições e de identidades, que muitas tradições são, erroneamente, consideradas antigas, e se consolidaram por meio de práticas simbólicas, dentre as quais a oralidade se fez presente.

A fim de adentrarmos um pouco mais no conceito de oralidade, podemos citar Zumthor (1993) e Ong (1992), os quais pontuam que a oralidade, quando analisada em seu sentido amplo, pode ser entendida como uma união de práticas de produção, de registro, de circulação e de apropriação de registros orais, afastando-se o entendimento de que se trata apenas da fala de um ser individual; pelo contrário, é todo um sistema de comunicação e de memória social, sendo identificada como um instrumento que engloba o corpo, a entonação da voz, a gestualidade, a performance e a interação entre os pares.

Zumthor (1993, p.21) continua destacando que a oralidade traz consigo o que ele denomina de “presença partilhada”, isto é, a troca entre o emissor e o receptor. Essa presença partilhada seria, então, o contexto em que se materializa a troca da mensagem, o que ocorre por meio da voz, do ritmo e do ambiente situacional. Já Halbwachs (1990) e

Ricoeur (2000) a colocam como a responsável por transmitir narrativas, mitos, genealogias, regras de convívio social, regras de conduta, técnicas de trabalho, dentre outros, por meio de relatos, cantos, histórias – narradas ou cantadas – e performances, os quais são identificados como verdadeiros “arquivos vivos”, podendo ser encontrados, sobretudo, nas culturas de forte tradição oral e em contextos nos quais a escrita foi tardia, restrita ou até mesmo imposta de forma colonial (Goody, 1987; Pollak, 1992).

Especificando ainda mais as relações entre a oralidade e a CI, podemos perceber que a CI conceitua a informação como conjunto de dados dentro de um determinado contexto com questões significativas para um determinado sujeito ou uma determinada comunidade, num determinado período e espaço (González de Gómez, 1990; Buckland, 1991; Capurro; Hjørland, 2003).

Dessa forma, quando a CI estuda os processos de produção, organização, mediação e uso da informação, ela tem possibilitado a ampliação dos seus limites para além dos documentos escritos, incluindo, por exemplo, documentos audiovisuais, iconográficos, digitais e, progressivo-cumulativamente, as práticas orais (Borko, 1968; Saracevic, 1996; Hjørland, 2003; Smit; Tálamo; Kobashi, 2003).

Esses pensadores entendem que a informação não está restrita ao suporte escrito, conforme a visão tradicional da CI. Ao contrário, discursos orais, entrevistas, depoimentos, narrativas de vida, relatos de experiência, rodas de conversa, cantos e performances culturais constituem informação, a qual pode se encontrar registrada ou pode ser registrável, mesmo que isso ocorra em algum tipo de suporte diferente do tradicional papel (Meihy; Holanda, 2014; Thompson, 1999).

Diante disso, pode-se entender que a oralidade possui diversas maneiras de ser compreendida, haja vista que pode ser percebida como uma maneira de produção de conhecimento e de memória social, por exemplo; pode ser entendida como um suporte de transmissão de informação, vez que ela está baseada na voz, no corpo e na interação humana; e também pode ser entendida como uma maneira de mediação cultural e social, na qual se obtém o significado por intermédio do seu contexto, ou seja, da relação entre os participantes da ação de falar e de escutar (Oliveira; Castro; Almeida Júnior, 2024; Dias, 2002).

Para além desses, também temos a oralidade como processo informacional. Afinal ela é usada como narrativa, como ferramenta para testemunhar fatos, ensinar saberes e/ou contar histórias. É possível entender que a oralidade pode ser compreendida como conhecimento inerente a sujeitos e comunidades, o qual pode ser manifestado por meio de

narrativas orais. Também pode ser entendida como coisa, pois é possível ser materializada através de uma transcrição, de uma gravação ou até mesmo de um metadado (Dodebei, 2015; Buckland, 1991, 1997).

Na CI, a oralidade se apresenta como fonte de informação, o que faz com que ela esteja dentro de um escopo de estudo, englobada num núcleo denominado estudo de usuário, o qual, por sua vez, é enriquecido por meio de depoimentos, entrevistas, rodas de conversa, relatos de vida, relatos de experiência (Almeida Júnior, 2009; Oliveira; Castro; Almeida Júnior, 2024; Araújo, 2019). Sendo assim, a prática da oralidade nos fornece informação que tem o potencial de ser analisada como evidência legítima, mesmo possuindo subjetividade, seletividade e até mesmo esquecimento, haja vista que essas são características que também permeiam e compõem documentos escritos (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Ricoeur, 2007).

Unindo o que tem sido apresentado, chegamos ao entendimento de que a oralidade, para a CI, ocupa simultaneamente o espaço de objeto, de fonte e de problema prático-teórico, o que demanda uma abordagem científica interdisciplinar, envolvendo a arquivologia, a biblioteconomia, a museologia, a antropologia, a sociologia a linguística e outros tantos campos do saber, haja vista que, gradativamente, essas instituições, isto é, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, têm incorporado em seus respectivos acervos, registros de história oral, coleções de entrevistas, registros audiovisuais de performances e narrativas de grupos sociais diversos (Dodebei, 2015; Costa; Albuquerque, 2024; Dias, 2002).

Tendo todas essas vertentes apresentadas como um possível local para se estudar e analisar a oralidade, percebe-se que ela é capaz de se relacionar diretamente com a memória e com o patrimônio informacional. Le Goff (1996) afirma que a relação entre a oralidade e a memória é central na CI, haja vista que os sistemas de informação podem ser entendidos como instrumentos de memória social, responsáveis por selecionar, registrar e tornar acessíveis determinados fragmentos do passado.

Nesse mesmo contexto, Halbwachs (1990) argumenta que a memória é sempre coletiva e, como a oralidade é uma das principais maneiras utilizadas pelos grupos para trocar lembranças, memórias e ressignificar fatos, percebe-se que ambas também estão relacionadas. Entrelaçando conceitos, torna-se necessário vincular o esquecimento ao que se tem narrado, vez que a memória e o esquecimento andam em vias paralelas. Assim sendo, analisemos o seu conceito pela via da CI e da neurociência.

Sendo assim, a oralidade ocupa simultaneamente o espaço de objeto, de fonte e de problema prático-teórico para a CI, demandando abordagens interdisciplinares que envolvam a arquivologia, a biblioteconomia, a museologia, a antropologia, a sociologia, a linguística, a história oral e outros campos (Hjørland, 2003; Smit, Tálamo, Kobashi, 2003; Thompson, 1999). Tal convergência nos permite articular a oralidade à memória e ao patrimônio informacional, ampliando o entendimento do que se considera documento e memória contemporaneamente.

Articulando, então, todos esses elementos, torna-se necessário acrescentar ao rol o esquecimento, uma vez que a memória e o esquecimento se constituem mutuamente. A seguir, analisa-se o conceito de esquecimento pela via da neurociência e da CI, a fim de que sejam evidenciadas as suas implicações para os estudos da oralidade e da memória.

3 ESQUECIMENTO

Nesse sentido, entende-se que o esquecimento não é algo ruim para o cérebro humano, é um processo natural, um mecanismo ou ferramenta que é essencial para a cognição e para a própria gestão da informação. Chapouthier (2006) complementa que, dentro da perspectiva biológica, o esquecimento é justamente esse processo natural necessário para adaptação e sobrevivência cerebral, advindo dele a possibilidade de reestruturação e manutenção da plasticidade das redes neurais.

Embora já se tenha entendido que o esquecimento é um processo natural e benéfico para o ser humano, a CI não coaduna com essa atuação, e isso se deve ao estabelecimento da preservação da memória como um dos pilares de estudo dessa área do saber, o que vai de encontro ao que é natural do ser humano e, conseqüentemente, afeta os saberes que são passados através da oralidade, vez que podem ser perdidos em algum momento da história (Monteiro; Carelli; Nicolino, 2008; Assmann, 2011; Bowker, 2005).

Ricoeur (2007), ao explicar o esquecimento, o aborda de três formas: o esquecimento-apagamento, inerente às questões patológicas biológicas; o esquecimento-reserva, que é inerente ao bom funcionamento cerebral; e o esquecimento-perdão, trabalhado nas relações sociais humanas e atrelado à ética. Analisando, então, o que é trazido, percebe-se que o esquecimento e a memória constroem uma relação dialética, pela qual a história é construída e contada.

Vinculando, agora, o esquecimento à área da CI temos que a sua existência se atrela de algumas formas diferentes. Uma delas está ligada àquilo que não se deseja lembrar,

tendo em vista que a gestão da informação e da memória não está restrita à sua permanência, isto é, existe seletividade para dizer o que permanece sendo lembrado, tanto quanto para aquilo que se quer esquecer. Esse aspecto eterniza o ‘andar de mãos dadas’ do esquecimento e da memória.

Monteiro, Carelli e Nicolino (2008), por sua vez, evidenciam o esquecimento de três formas, sendo a primeira delas a perda da informação não registrada através da memória oral; a segunda, o esquecimento vinculado à deterioração dos suportes físicos que armazenam a informação; e a terceira, a obsolescência dos registros e das tecnologias de *software*, quando aplicados à questão da memória digital.

Bowker (2005) pontua que, dentro do campo da arquivística, ramo atrelado à CI, toda prática de registro está atrelada a uma prática lógica e, simultaneamente, a uma prática de esquecimento, haja vista que destacar algumas informações significa relegar outras, isto é, sempre que se evidencia alguma informação, se oculta outra. Existe sempre uma escolha, mesmo que seja intencional e objetiva. Bourdieu (2007) e Pollak (1992) complementam que essas seleções estão sempre arraigadas em relações de poder e disputas simbólicas, o que torna o esquecimento também uma questão política.

Diante do pensamento apresentado, entende-se que o esquecimento não é uma falha, mas algo inerente ao meio, podendo ser proposital ou não, prática essa que é repetida ao longo do tempo por gestores de locais de memória; é o que Huyssen (2000, p.39) denomina de “políticas de memória”. Juntamente com essa seletividade, somam-se as questões da obsolescência digital/tecnológica, bem como da possível fragilidade da materialidade dos suportes tradicionais, os quais podem se deteriorar ao longo do tempo ou sofrer algum tipo de dano (Assmann, 2011).

Ao pensar na oralidade, o esquecimento ganha um papel ainda mais sensível. Por um lado, a oralidade é reconhecida como uma das maneiras mais fortes de transmissão de saberes; por outro, passa pela problemática de não ser registrada e, com isso, se perder no espaço-tempo pela ausência de políticas e práticas de documentação. No Brasil, por exemplo, há diversas comunidades tradicionais que se utilizam da oralidade para a perpetuação de conhecimentos sobre territorialidade, manejo ambiental, práticas religiosas, técnicas de trabalho, histórias de resistência, entre outros (Costa; Albuquerque, 2024; UNESCO, 2003). A falta de registro ou os registros parciais dessas narrativas podem resultar, a longo prazo, no apagamento, isto é, no esquecimento de elementos fundantes dessa memória coletiva.

Em outras vias, faz-se necessário reconhecer que nem tudo aquilo que é levado ao esquecimento deve ser combatido. Existem narrativas e memórias que são dolorosas o suficiente para que os grupos que por elas passaram escolham não querer registrar, e/ou não publicizar o fato, até mesmo como maneira de proteção, ou de estratégia política. Sob essa via, Ricoeur (2007) e Assmann (2011) narram que, em determinadas situações, o esquecimento é utilizado como instrumento de reinvenção identitária, o que lança desafios éticos para os pesquisadores e para as instituições que lidam com registros orais.

Dessa forma, memória e esquecimento formam um binômio indissociável, em que a escolha de registrar, guardar e tornar acessível torna-se tão importante quanto a escolha sobre o não registrar, não guardar e não tornar acessível. Esses movimentos, no entanto, são as ferramentas que participam da construção da memória coletiva, tema da próxima seção.

4 MEMÓRIA COLETIVA

De acordo com o que já vimos até aqui a respeito da oralidade e do esquecimento, é nítido que a memória está intrinsecamente relacionada a ambos. A fim, no entanto, de evidenciar uma de suas derivações, isto é, a memória coletiva, entre os demais conceitos, nos utilizamos do que Halbwachs (1990) apresenta como inerente a ela. O autor afirma que, dentro do contexto da CI, é necessário que se entenda que a informação não existe de maneira isolada, mas se constrói por meio do processo social de atribuição de significado e, conseqüentemente, da transmissão desse significado a outros, bem como de sua preservação.

Dessa forma, a memória coletiva é uma construção social que sempre é permeada por referências que são comuns ao grupo que a usa e compartilha, vez que tais artefatos de memória tendem a ser registrados, organizados e disponibilizados na e pela sociedade. (Saracevic, 1996; Pollak, 1992; Nora, 1993; Assmann, 2011).

No entanto, para além dos registros referidos acima, os quais se materializam em suporte tangível, é possível perceber que a memória coletiva se consubstancia em práticas discursivas, tradições, expressões orais, entre outras. Práticas essas que, historicamente, antecedem os registros escritos e moldam o sistema formal de registro (Goody, 1987; Le Goff, 1996). Como essas práticas eram realizadas por intermédio da oralidade, entende-se que elas são o fundamento primordial da constituição da memória humana (Ong, 1982; Thompson, 1999).

Zumthor (1993, p. 47), corroborando com o que se elenca anteriormente, traz que “a palavra falada é um ato social, performativo e produtor de memória cultural”. Essa afirmação nos auxilia a compreender que a memória não está restrita ao documento escrito, mas alcança todas as formas de expressão capazes de transmitir saberes e experiências, o que inclui a oralidade.

Atualmente, a CI tem expandido sua visão e seu entendimento acerca da temática da memória e, nesse sentido, Buckland (1997) afirma que a oralidade pode ser entendida ou interpretada como coisa, ou seja, como objetos, traços, registros e artefatos que despontam como evidências do passado. É justamente a ampliação dessa visão que nos permite endossar que os testemunhos orais, as gravações, as narrativas, as performances etc. podem ser identificados como documentos que trazem informações capazes de construir memórias e perpetuar a história (Pollak, 1992; Costa; Albuquerque, 2024).

Dessa forma, é evidente que a relação existente entre memória, esquecimento, informação e oralidade é intrínseca e, derivando disso, a memória coletiva é dependente de procedimentos e processos informacionais que gerenciam e organizam não só aquilo que se encontra escrito, mas também aquilo que contado, transmitido verbalmente e mantido pelas trocas sociais. Forma-se uma união, na qual a oralidade concede as práticas, o conteúdo, a informação, os sentidos e significados, e a CI complementa com os métodos, os dispositivos e os sistemas, a fim de que o conhecimento ali gerado seja registrado, disseminado e preservado (Smit; Tálamo; Kobashi, 2003).

Sendo assim, a oralidade é reconhecida, dentro desse campo do saber, como fonte legítima para a construção da memória, especialmente a memória coletiva, enfatizando-se que ela não é neutra nem abstrata, isto é, ela vem permeada pelos discursos e suportes individuais que se transformam em coletivos e carregam consigo todo contexto inerente à sua existência, ou seja, trazem suas identidades e seus significados previamente produzidos (Frohmann, 2004). Isso faz com que tais registros sejam abordados de maneira criteriosa e crítica, levando-se em conta as relações de poder, as disputas por interpretações e os contextos de enunciação.

Com isso, os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação, instituições entendidas como lugares de memória (Nora, 1993), têm validado a oralidade como elemento singular para preencher lacunas do passado, pluralizando os registros. Essa prática potencializa a mediação cultural, uma das funções inerentes a essas instituições, e, conseqüentemente, gera maior visibilidade para as narrativas orais,

potencializando a representatividade e diversidade dos acervos documentais e construindo diretamente a memória coletiva (Dodebei, 2015; Dias, 2002).

Atrelado a tudo isso, no cenário internacional, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO (2003, p. 5), reforça a importância da oralidade quando define como patrimônio, “tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial”. Esse reconhecimento corroborou para que diversos países dessem início ao desenvolvimento de políticas públicas e programas direcionados à documentação e à preservação de tradições orais, o que aproximou o escopo do patrimônio cultural da CI.

Sendo assim, em um contexto ampliado, a memória coletiva pode ser entendida como processo vivo, mecanismo contínuo e dinâmico, em constante ressignificação a partir de novas conjecturas entre lembrança e esquecimento, registro e silêncio, escrita e oralidade, patrimônio material e imaterial (Huyssen, 2000; Assmann, 2011). A CI, ao integrar a oralidade ao escopo de suas práticas e reflexões, colabora para o fortalecimento de probabilidades plurais de memória, criando possibilidades para outras epistemologias e desafiando o monopólio do documento escrito como meio privilegiado de registro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo discurso apresentado ao longo deste trabalho permitiu compreender que a oralidade ocupa um lugar central na construção da memória coletiva, bem como de sua preservação e na difusão dos saberes oriundos de sociedades que dela se utilizam. Longe de estar restrita ao ato de falar, a oralidade constitui um sistema complexo de comunicação e de produção de significados, sendo reconhecida como elemento fundamental para a constituição de identidades sociais e culturais.

Uma vez analisada sob o crivo da CI, a oralidade é ampliada em seu conceito a fim de ser identificada como informação, quebrando paradigmas tradicionais que atribuem exclusividade aos registros escritos, isto é, introduzem novas formas de reconhecimento, registro, mediação e preservação da informação e do conhecimento.

O debate a respeito do esquecimento, por sua vez, traz à baila que ele é encontrado tanto no contexto biológico humano quanto no contexto social, informacional e documental. Enquanto a neurociência o reconhece como mecanismo de adaptação funcional do cérebro, a CI o revela como mecanismo de escolha institucional e de potenciais problemas de

suporte e/ou acondicionamento, o que impacta diretamente a construção da memória coletiva.

Dessa forma, a memória coletiva se apresenta como uma construção/resultado vinculada a práticas informacionais, a formas de registro, a escolhas de preservação e de organização e disseminação que permitam e subsidiem sua permanência ao longo do tempo. Assim, a oralidade contribui de maneira decisiva para a pluralização das narrativas, trazendo maior visibilidade para grupos marginalizados e minorias, preenchendo lacunas históricas com a possibilidade de que essas expressões sejam materializadas integralmente nos registros escritos.

Conclui-se, dessa forma, que o reconhecimento da oralidade como patrimônio informacional, bem como elemento constitutivo da memória coletiva, é papel fundante para o fortalecimento das práticas contemporâneas da preservação e da mediação da memória. Assim, a oralidade se apresenta como potencial elemento para a construção de sociedades mais conscientes de suas histórias, identidades e múltiplas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.S. **Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica**. 2019. 140 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, O.F. de. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, [s.l.], v.2, n.1, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170> Acesso em 20 de jun. 2026.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, New York, v. 19, n. 1, p. 3–5, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOWKER, G. C. **Memory practices in the sciences**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s.l.], v. 42, n. 5, p. 351–360, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3). Acesso em: 27 jun. 2026.

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information** v.48:9, p.804-809, sep. 1997.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 37, p. 343–411, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CHAPOUTHIER, G. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro: Memória**, [s./l.], n.2, ed. Especial, p. 8-13, jul. 2006.

COSTA, J.R.F. da; ALBUQUERQUE, D.E.M. de. **O lugar da Tradição Oral nas produções científicas da Ciência da Informação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30, 2024, Recife. Anais [...] São Paulo: FEBAB, 2024.

DIAS, E.W. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, M. de A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.87-99.

DODEBEI, V. L. C. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital, In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (org.), **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. DOI: 10.4000/books.oep.865. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/865>. Acesso em 23 de jun. 2026.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, Urbana, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2142/1683>. Acesso em: 05 jul. 2026.

GOODY, J. **The interface between the written and the oral**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto do estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117–122, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332/332>. Acesso em 24 de jun. 2026

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-30, jul/dez. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41753>. Acesso em: 10 jul. 2026.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, [s./l.], v. 30, n. 2, p. 87–1110, 2003. Disponível em: <https://storage.imrpress.com/imr/journal/KO/article/505607/1752847664109.pdf>. Acesso em: 30 jun 2026.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, I.; BEVILAQUA, L. R. M.; CAMMAROTA, M. A arte de esquecer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 289–296, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10194>. Acesso em: 27 jun. 2026.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; NICOLINO, M. E. V. P. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45116>. Acesso em: 30 jun. 2026.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 jun. 2026.

OLIVEIRA, A.; CASTRO, J. L.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e da leitura: uma análise do livro ‘o diário de anne frank’. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e96931>. Acesso em: 25 de jun. 2026.

ONG, W. J. **Orality and literacy**: the technologizing of the word. London: Methuen, 1982.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em 27 jun. 2026.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41–62, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em 27 jun. 2026.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. **A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003. **Anais [...]** V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/174621>. Acesso em: 10 jul. 2026.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 07 de jul. 2026.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Todas as autorias contribuíram substancialmente.

ORIGEM DA PESQUISA

A pesquisa faz parte de um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre em ciência da informação, mas não faz parte do conteúdo da dissertação, trata-se de obra vinculada à temática, mas independente.

PREPRINTS

O manuscrito não é um preprint.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), por meio de bolsa vinculada ao Processo FAPES nº 189/2024, com vigência de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2026.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados foram publicados no próprio artigo. Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está incluído no corpo do artigo.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à Revista *Encontros Bibli* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente,

para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Jefferson Corbari, Karyn Lehmkuhl, Francisco Martins Hoffmann.

HISTÓRICO

Recebido em: 22-02-2026

Aprovado em: 13-07-2026

Publicado em: 14-08-2026

Copyright (c) 2026 Lucas Furtado Gramlich, Rosa da Penha Ferreira da Costa. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

